



50 ANOS (1975-2025)

158ª Produção | Temporada Artística 2024-2025 | M 12 anos

CAMÕES

as armas e os barões assinalados

texto original de José Saramago
dramaturgia e encenação de António Plácido

CTSA - 29 janeiro a 01 fevereiro 2025

A peça de teatro *Que farei com este livro?*, escrita por José Saramago, foi publicada em 1980, no âmbito do 4º centenário da morte de Camões. Embora, segundo o próprio, o autor não seja um romancista histórico, opta, no entanto, por retratar neste texto a época em que Luís de Camões regressa da Índia, colocando como pano de fundo da ação dramática o momento político, cultural e social que Portugal vive, enfatizando o poder castrador da Inquisição. A par da crítica ao Reino a que Camões regressa, Saramago faz também uma referência à peste bubónica que à época assolou Lisboa e que ficou conhecida como a “Peste Grande”, acentuando assim, negativamente, a caracterização do ambiente social em que Camões tenta publicar *Os Lusíadas*.

Segundo Leonor Martins Coelho, no seu livro *O Teatro de José Saramago. (Im)possibilidades da Utopia* (Húmus, 2022), “Na teatralização da vida e obra de Luís de Camões, José Saramago não se cinge ao trabalho biográfico ou à visão crítica que mostra o poeta numa luta contra os poderes da época, quer o da nobreza conservadora e ociosa, quer o do clero inquiridor e excludente. (...) Em *Que Farei com Este Livro?*, o leitor/espetador deparar-se-á com a condição do artista que lutou para ver impressa a sua obra-prima, descobrindo inúmeros desconcertos do mundo que se abatem sobre o indivíduo.” (2022: 42-43).

O texto de Saramago foi-me apresentado pela professora Leonor Martins Coelho, quando, nas minhas pesquisas, a ela me dirigi a pedir ajuda e sugestões que me permitissem encenar um espetáculo para assinalar os 500 anos do nascimento do poeta, no ano em que a Associação Teatro Experimental do Funchal (ATEF) começa a comemorar os seus 50 anos de existência. Em boa hora o fez, pois, desde a primeira leitura, apaixonei-me pela forma diacrónica da narrativa de vida de Camões, pelo rigor histórico utilizado para constituição das personagens, todas elas existentes à época e com ligações ao Poeta e pela qualidade das falas do texto saramaguiano.

Camões, as armas e os barões assinalados... é uma proposta adaptada da obra de Saramago, que pela sua extensão e complexidade dramática obrigaria a um maior esforço de produção, incomportável, neste momento. Esta sugestão cénica reduz o tempo de ação, o que obriga ao corte de algumas personagens e respetivas falas, mantendo, no entanto, a essência e o espírito do texto original. Em *Camões, as armas e os barões assinalados...*, a ação, não descurando o ambiente em pano de fundo, centra-se, essencialmente, nas relações pessoais de Camões e na sua luta para conseguir apoios que lhe permitam publicar o seu poema épico, terminando, também, a proposta cénica apresentada pela ATEF com o momento da publicação do primeiro exemplar de *Os Lusíadas*.

O poema épico de Camões segue um modelo de estrutura interna de tradição clássica, que se divide em quatro momentos, “Proposição”, “Invocação”, “Dedicatória” e “Narração”. Procura o encenador de *Camões, as armas e os barões assinalados...* respeitar essa estrutura clássica original, fazendo-a incidir, apenas, nos diferentes momentos da ação dramática usada na adaptação, que pode ser resumida na dificuldade de se publicar qualquer obra literária num Portugal dominado pela Inquisição e governado por um ‘rei menino’ - com a cabeça cheia de aventuras de guerra -, sem qualquer apego às coisas da governação ou das artes e das letras.

Assim, se no primeiro momento, em “Proposição”, Camões faz a apresentação da matéria épica, anunciando que cantará os feitos ímpares dos heróis portugueses, desde os reis aos marinheiros conquistadores, também o encenador começa por anunciar o propósito de contar as incidências camonianas, quando o escritor pretendeu publicar a sua obra. “Proposição” é, pois, o momento mais óbvio ao longo do espetáculo, vertido nas tentativas

de Camões em conseguir apoios que pudessem pagar a impressão do seu livro. A “Invocação” e a “Dedicatória” surgem plasmadas, primeiro na argumentação do poeta, quando tenta valorizar a sua escrita, quer junto do rei, quer junto do conde da Vidigueira, neto de Vasco da Gama e, depois, quando sugere aos mesmos a inclusão de dedicatórias que pudessem associar os seus nomes à obra. No espetáculo encenado, a “Narração” acontece com a publicação de Os Lusíadas e a declamação das primeiras estrofes do 1º canto do livro de Camões, com que o espetáculo termina.

Encenar uma proposta a partir do texto dramático de Saramago foi um desafio, mas também um enorme prazer. A intenção foi tornar o espetáculo acessível a todos os públicos, sem descurar a qualidade teatral da obra original do Prémio Nobel da Literatura, seguindo um caminho contemporâneo, embora mantendo alguns pontos da identidade de uma época, num equilíbrio sempre difícil. Por um lado, pretendíamos que os atores tivessem uma interpretação caracterizada, sobretudo, pela expressão do mundo interior, pela importância do expressar sentimentos e emoções. Por outro, em termos visuais, queríamos manter um ‘certo impressionismo’, onde, mais do que a fixação ‘fotográfica’ das formas e das imagens, se valorizasse os efeitos tonais e a ‘impressão visual do instante’.

Cabe agora ao espetador sentir se os propósitos aqui enumerados foram atingidos. Bom espetáculo e bem hajam por terem vindo ao teatro.

António Plácido.

| SOBRE O TEXTO E O AUTOR

A obra de Saramago enumera condicionantes políticas da época, que são pano de fundo da ação, como seja a recusa do rei D. Sebastião em contrair matrimónio, o facto da soberania do reino estar em perigo e o grassar da peste, factos que se constituem como disforias sociais do momento histórico de então.

Diz Luís Francisco Rebelo: "Não fora a peça de Saramago, e diríamos que Luís Vaz (...) continuava à espera de um dramaturgo que o transpusesse para o palco, na sua verdadeira e nobre dimensão humana e histórica".

Por Leonor Martins Coelho, Professora doutora na Universidade da Madeira: " Na teatralização da vida e obra de Camões, Saramago não se cinge ao trabalho biográfico ou à visão crítica que mostra o poeta numa luta contra os poderes da época, quer o da nobreza conservadora e ociosa, quer o do clero inquiridor e excludente ".

" A linha seguida por Saramago concilia estas duas vertentes, vindo ainda a dialogar com o teatro épico e com o teatro mítico".

"Em Que Farei Com Este Livro"?, o leitor/espetador depara-se com a condição do artista que lutou para ver impressa a sua obra prima, descobrindo inúmeros desconcertos do mundo que se abatem sobre o indivíduo " (...) "Neste sentido, tal como acontece com os seus amigos Diogo do Couto e Damião de Góis, Camões tenta contrariar as vicissitudes da sociedade, reduzida ao poder da igreja, às contendas políticas ou às intrigas da côrte. Estas vozes mostram-se capazes de superar as disforias ditadas pelos poderes sociais, políticos e religiosos, vindo a sofrer as consequências da opinião crítica que tecem contra o sistema vigente ".

"O diálogo entre Diogo do Couto e Luís Vaz permite colocar em evidência as múltiplas dissonâncias que pontuam a atualidade do séc. XVI. São assim convocadas: a questão pandémica, sobretudo a peste que atingiu Lisboa, a questão cultural, revelando a

indiferença do monarca por questões intelectuais, e a questão política, nomeadamente a que se inscreve em torno da defesa da fé e da cruz."

É num contexto autoritário, devoto e pouco ligado às questões intelectuais/culturais que Camões tenta encontrar apoio para a impressão da sua obra. Em função do desinteresse do rei e da nega do conde da Vidigueira, neto de Vasco da Gama, num total desapego pela memória do seu antepassado com o papel de herói na obra de Camões, "cabe a uma mulher, Francisca de Aragão (Sara Cíntia), antigo amor de Luís Vaz e dama da rainha, procurar uma solução, não sem antes se declarar ao homem que continua a amar. Trata-se de uma estratégia utilizada por José Saramago para recordar as inúmeras inclinações amorosas de Camões e que constituem matéria da sua poesia".

Segundo Isabel Rio Novo, autora da mais recente biografia de Camões (2024): "Durante séculos, alguns espantaram-se de que Luís Vaz de Camões pudesse confessar-se pobre, ou referir o seu baixo estado, enquanto se arrogava da sua condição nobre. As duas situações, no entanto, não eram incompatíveis. (...) Simão Vaz, o pai de Camões, terá recebido o título de cavaleiro-fidalgo em 1538. Não sendo este um título hereditário, o seu filho foi apresentado como escudeiro até 1572, ano em que um alvará de D. Sebastião o elevou a cavaleiro fidalgo". Nada do que aqui fica dito, entra em contradição com o que nos conta Saramago na sua obra, direi eu. Para quem já leu com atenção todo o texto (espero que todos já o tenham feito), a ação termina no momento da publicação dos *Lusíadas* em 1572, fácil será concluirmos que esta honraria concedida pelo monarca terá acontecido à posteriori, como aliás, uma tença (pensão) que lhe foi concedida, também, pelo rei.

Continua Isabel Rio Novo referindo-se ao título de cavaleiro-fidalgo: "Era, ainda assim, um escalão de nobreza vulgarizado, de pouca importância, que por si só não garantia acrescentamento de riqueza".

Alguns biógrafos identificam a mãe de Camões como Ana de Macedo, enquanto que outras referências a identificam como Ana de Sá, ambas com registos que atestam as suas origens nobiliárquicas. Ainda segundo Isabel Rio Novo, "Com base nesta oscilação de apelidos, alguns biógrafos aventam a hipótese de se tratar de duas mulheres distintas, portadoras do mesmo nome próprio: uma, a mãe precocemente morta; a outra, uma madrasta". Esta segunda hipótese foi assumida por Saramago na sua dramaturgia, que nos serve de base de trabalho.

Embora a escolha de Ana de Sá por Saramago, não implique por si só que ele partilhasse da opinião de ser ela madrasta de Camões, pois outros documentos existem que referem sempre Ana de Sá como mãe efetiva, do poeta.

Nos tempos idos, em que Camões foi homem e poeta, a gratificação dos príncipes andava pela medida dos merecimentos de cada um em que, por serem ingratos a Deus e aos homens nos benefícios recebidos, se viam os homens envolvidos em tantas misérias e tribulações. A falta de zelo do bem comum, nos que mais podem e sabem, tem causado grandes ruínas nos melhores edifícios desta coroa. Esta é uma queixa antiquíssima e, muito mais antiga, a enfermidade de que ela procede e, por isso, muito incurável e sem remédio, se Deus com seu poderoso braço não lhe acode. (...)

texto composto pelo encenador a partir da primeira biografia de Camões de Pedro Mariz.

Texto original | **José Saramago**

(direitos cedidos, com o apoio dos herdeiros de José Saramago)

Dramaturgia e Encenação | **António Plácido**

PERSONAGENS - INTÉRPRETES:

Cardeal D. Henrique (tio avô de D. Sebastião, Inquisidor mor) | **Eduardo Luiz**

Catarina de Áustria (avó de D. Sebastião) | **Márcia Rodrigues**

Ana de Sá (mãe de Camões) | **Ester Vieira**

Diogo do Couto (historiador, amigo de Camões) | **Xavier Miguel**

Luís de Camões | **Pedro Monteiro**

Miguel Dias (colega de Camões / Universidade de Coimbra) | **Marcos de Góis**

Martim da Câmara (secretário do rei D. Sebastião) | **Luciano Moniz**

Rei D. Sebastião | **Salvador Andrade**

Frade (jesuíta) | **Marco Vieira**

Nobre 1 | **Francisco Côrte**

Nobre 2 | **João Temes**

Francisca de Aragão (aia da corte, antiga namorada de Camões) | **Sara Cíntia**

Conde da Vidigueira (neto de Vasco da Gama, vice-rei da Índia) | **Pedro Pisco**

Condessa da Vidigueira / Marta de Ataíde | **Mary Abreu**

Aia da condessa da Vidigueira | **Marta Faria**

Frei Manuel Encarnação (jesuíta) | **Luciano Moniz**

Damião de Góis (diretor da Torre do Tombo, tio avô de Camões) | **Duarte Rodrigues**

Frei Bartolomeu Ferreira (jesuíta Inquisidor) | **Marcos de Góis**

António Gonçalves (tipógrafo da 1ª impressão de "Os Lusíadas") | **Pedro Pisco**

Direção de Cena | **Luís Melim**

Cenografia e adereços de cena | **Margarida Lemos Gomes e São Gonçalves**

Criação de figurinos e adereços de ator | **Margarida Lemos Gomes e São Gonçalves**

Assistência ao Guarda-Roupa | **Luís Melim e Susana Capitão**

Costura | **Teresa Neves e Salete Silva**

Manutenção de Guarda Roupa | **Salete Silva**

Contrarregras | **Luís Melim e Marco Vieira**

Composição e Execução Musical | **Marta Faria (piano e voz) e Slobodan Sarcevic**

Gravação, Masterização e construção de Banda Sonora | **Luís Calhanas**

Desenho e Montagem de Luz | **António Freitas**

Assistência Técnica | **Luís Melim**

Operação de Luz | **Luís Melim**

Operação de Som e Imagem | **Diogo Brazão**

Carpintaria de Cena e transporte de materiais | **Anastácio Santo**

Pintura de cenário | **Rui Correia**

Imagem de Cartaz, design gráfico e comunicação | **Filipe Gomes | oneline design**

Redação e Revisão de Conteúdos | **Ester Vieira**

Video clip promocional | **Diogo Brazão**

Gravação e Edição - vídeo de espetáculo | **Eduardo Costa Produções**

Produção Executiva | **António Plácido e Ester Vieira**

Assistente de Produção | **Luís Melim e Susana Capitão**

Promoção e Divulgação | **António Plácido, Ester Vieira, Filipe Gomes** | online e **Jessica Jedid**
Apoio Administrativo | **Janete Capitão**
Frente Casa | **Susana Capitão**
Bilheteira | **Janete Capitão**

Duração do Espetáculo: 75 minutos

SOBRE AS PERSONAGENS HISTÓRICAS

1. CARDEAL D. HENRIQUE (tio avô de D. Sebastião, Inquisidor mor)

Henrique I (Lisboa, 31 de janeiro de 1512 – Almeirim, 31 de janeiro de 1580), apelidado de "o Casto" e "o Cardeal-Rei", foi o Rei de Portugal e Algarves de 1578 até sua morte, além de Inquisidor Mor e cardeal da Igreja católica desde 1545. Era o quinto filho do rei Manuel I e sua segunda esposa Maria de Aragão e Castela, tendo servido entre 1562 e 1568 como regente de seu sobrinho neto o rei Sebastião. Após a desastrosa Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, depois de receber a confirmação da morte do rei, no Mosteiro de Alcobaça, acabou por suceder ao sobrinho-neto. Henrique renunciou então ao seu posto clerical e procurou imediatamente uma noiva por forma a poder dar continuidade à dinastia de Avis, mas o papa Gregório XIII, que era um familiar dos Habsburgos que eram pretendentes ao trono de Portugal, não o libertou dos seus votos.

Teve um papel destacado na família real e iniciou uma carreira eclesiástica muito novo. Em 1522 o papa Adriano VI concedeu-lhe o priorado de Santa Cruz de Coimbra, em 1533 o papa deu-lhe a administração do arcebispado de Braga e, um ano mais tarde, tornou-se arcebispo desta diocese. Em 1539 foi nomeado inquisidor-mor (a Inquisição tinha sido introduzida em Portugal em 1531 a pedido de D. João III), cargo que ocupou até 1578. Em 1541 Évora é elevada a arcebispado com o infante D. Henrique como seu arcebispo. Nesta cidade teve um papel muito importante de desenvolvimento eclesiástico, cultural, com particular atenção no ensino. Tornou-se cardeal em 1545 e, em 1563, foi nomeado delegado máximo do papa em território português. O seu desempenho como reformador foi reconhecido, como prelado e como inquisidor também. A sua formação cultural e teológica, a sua noção de responsabilidade justificou todas as honras e cargos que exerceu. Personalidade central na vida religiosa e na política do país, foi também um protetor das artes e letras a par da sua função de censor que exerceu através do Tribunal do Santo Ofício. Apoiou, frequentemente, através dos seus próprios rendimentos, intelectuais, humanistas como Damião de Góis, Gaspar Barreiros, Nicolau Clenardo (seu mestre), Pedro Nunes (que foi seu mestre de matemática). Foi autor de várias obras espirituais como "Meditações sobre a Oração do Pater Noster" publicada em 1557. No ensino laico e eclesiástico D. Henrique teve um papel importantíssimo. A ele se deveu a dinamização dos estudos públicos em Braga e a criação de várias instituições.

Foi aclamado Rei na Igreja do Hospital Real de Todos os Santos, no Rossio, sem grandes festejos, assumindo o estilo incomum de "Sua Alteza Real, o Rei", dispensando o comum para monarcas de "Sua Majestade". Caber-lhe-ia resolver o resgate dos muitos cativos em Marrocos.

No dia em que nasceu, apesar de tal não acontecer habitualmente, caiu em Lisboa muita neve, facto que serviu aos "investigadores dos futuros" para traçarem horóscopos preconizando um temperamento virtuoso e candura de espírito.

2. CATARINA DE ÁUSTRIA (avó de D. Sebastião)

Catarina de Áustria, Catarina de Habsburgo ou, mais raramente, Catarina de Espanha (em castelhano: *Catalina de Austria*; Torquemada, 14 de janeiro de 1507 - Lisboa, 6 de fevereiro de 1578), foi arquiduquesa da Áustria, infanta de Espanha e rainha de Portugal como esposa de D. João III. Depois da morte do pai, em 1506, sua mãe foi encarcerada em Tordesilhas como louca e Catarina acompanhou-a, acabando por ser libertada graças à intervenção de seu irmão, o imperador Carlos V. A 5 de Fevereiro de 1525 casou-se com o rei João III de Portugal, tornando-se rainha consorte até à morte do esposo em 1557. Foi mãe da infanta Maria Manuela e do Príncipe João e avó do rei D. Sebastião. Durante a menoridade do neto, exerceu a regência do reino entre 1557 e 1562. A rainha tinha imensa influência no governo do marido. O rei confiava plenamente na rainha, pois João III parecia ser indeciso. Catarina via o irmão Carlos como o chefe de família. Os casamentos dos seus filhos com os seus sobrinhos foram ideia sua, de forma a reforçar o poder da sua família Habsburgo. Faleceu no dia 6 de Fevereiro de 1578 e foi sepultada no Mosteiro dos Jerónimos. Do seu casamento com o Rei D. João III teve nove filhos, de entre os quais João Manuel, Príncipe de Portugal (3 de junho de 1537 – 1554), herdeiro em 1539. Deixou grávida a sua mulher, Dona Joana, que dias depois deu à luz o futuro rei Dom Sebastião de Portugal; E foi aflita, cada vez mais doente e com dores. que ela recebeu a confirmação da intenção de seu neto de ir guerrear em África em 5 de fevereiro de 1578. Em 10 de fevereiro, a rainha viúva passou várias horas em estado comatoso e recebeu a extrema unção. Sabendo do estado da avó, o rei foi ao paço dela, e lá já se encontrava quando D. Catarina recobrou a consciência. Reconhecendo-o, ela lhe deu sua bênção. Antes de perder a fala, a rainha viúva teria mais uma vez implorado ao neto que não fosse à guerra. A morte, contudo, só viria no dia 12. Sem pompa, ela seria enterrada junto ao marido no mosteiro de Jerônimos. Depois de manter-se recluso por alguns dias em luto rigoroso, D. Sebastião voltou aos preparativos de sua empresa militar, que ocorreria finalmente alguns meses mais tarde. Com sua morte pouco menos de um mês depois de completar 71 anos de idade, Catarina de Áustria não viu a tão planejada união de todas as Coroas ibéricas por sua família, mas também foi poupada de testemunhar a extinção de sua linha e da Casa de Avis poucos meses depois.

3. ANA DE SÁ (mãe de Camões)

Ana de Sá teria pertencido à linhagem dos Macedos de Santarém, isto é, família de ascendência nobre. Fala-se ainda de Ana de Sá (que uns dizem ter sido mãe, e outros madrasta de Luís de Camões), personagem cujo nome figura num documento datado de 1585, assinado por Filipe I, em que lhe é transmitida, como herdeira, «por muito velha e pobre», a tença de 15 000 reais, de que o Poeta beneficiava à data da sua morte.

4. DIOGO DO COUTO (historiador, amigo de Camões)

Diogo do Couto nasceu em Lisboa em 1542, filho de nobres. Com 17 anos foi para a Índia, tornando-se escritor e cronista. Passada uma década, em 1569, quando está de regresso a Portugal, encontra Luís de Camões, na Ilha de Moçambique, que terminara *Os Lusíadas*; vêm juntos na nau Santa Clara e chegam a Lisboa em Abril do ano seguinte. No final desse ano de 1570, regressa ao Oriente e por lá fica, até à sua morte, em 1616.

Antes da viagem recebeu do rei a incumbência para prosseguir as “Décadas” de João de Barros. Escreveu da IV^a à XII^a Décadas, mas só publicou completas as Décadas IV, V e VII e um resumo da Década Oitava.

Entretanto, em 1589, Diogo do Couto solicitara autorização ao rei Filipe I de Portugal para fundar, em Goa, uma Torre do Tombo, propondo escrever a crônica da história dos portugueses nas Índias desde 1580. Em 1595 é-lhe concedida autorização e é nomeado Guarda-Mor da Torre do Tombo de Goa. Diogo do Couto torna-se um dos primeiros indólogos europeus.

Apesar de uma notória atração pelas letras, foi constrangido a trocá-las pelas armas e a demandar a imprevisibilidade da longínqua e desconhecida Índia. No primeiro período, de cerca de dez anos, sentia-se um militar ambientado aos assuntos locais e neles mais entendido do que numerosos fidalgos que por lá davam ordens e auferiam rendosos proventos. Delineou, então, não só obter a justa paga pelos serviços prestados, mas também, fazer valer um incomensurável saber, uma vez que a leitura nunca abandonada e a cultura adquirida com conceituados pedagogos o situaram a um nível que facilitava as boas relações. Este projeto traduziu-se no primeiro diálogo do “Soldado prático”, o seu alter-ego, uma crítica mordaz à administração portuguesa do Oriente, de vagas semelhanças, no que diz respeito ao trato entre as personagens, com “O Príncipe” de Maquiavel. Ali, tal como hoje se generalizou neste pobre país à beira-mar plantado, pôs, cruamente, a descoberto, a violência, a corrupção, a ostentação, a imoralidade, o amor ao luxo, a falta de dignidade, a ambição da riqueza, a opressão aos pobres, a deslealdade nas informações, os abusos dos detentores de cargos públicos e a míngua da devoção de serviço ao monarca ou a Deus. Antes do termo da milícia, instruiu, no quotidiano, um distintíssimo aristocrata, o qual acabou por ser nomeado vice-rei sem nunca lá ter estado. Porém, nos primórdios de 1569, embarcou para um rápido vaivém à Capital do Império e, na escala em Moçambique, encontrou Camões em rude miséria, a quem ajudou na paga da viagem, o qual lhe requereu uma análise à obra-mestra da nossa lírica maneirista que havia de integrar a primeira edição, de 1595, das suas “Rimas”.

5. LUÍS DE CAMÕES

Luís de Camões (1524-1580) foi um poeta português. Autor do poema *Os Lusíadas*, uma das obras mais importantes da literatura portuguesa, que celebra os feitos marítimos e guerreiros de Portugal. É o maior representante do Classicismo Português.

A Escola Clássica é o suporte literário das ideias renascentistas. Essa corrente consiste em uma concepção artística, baseada na imitação dos clássicos gregos e latinos, considerados modelos da Antiguidade.

Luís Vaz de Camões nasceu em Lisboa, Portugal, por volta de 1524. Era filho de Simão Vaz de Camões e Ana de Sá e Macedo, aparentada com a casa de Vimioso, da alta nobreza portuguesa, e sobrinho de D. Bento de Camões, cônego da Igreja de Santa Cruz de Coimbra.

Em 1527, durante uma epidemia de Peste, em Lisboa, D. João III e a corte transferiram-se para Coimbra, e Simão, a mulher e o filho, com apenas três anos, acompanharam o rei.

Luís de Camões viveu sua infância na época das grandes descobertas marítimas e também no início do Classicismo em Portugal. Foi aluno do colégio do convento de Santa Maria e tornou-se um profundo conhecedor de história, geografia e literatura.

Em 1537, D. João III transferiu a Universidade de Lisboa para Coimbra. Camões iniciou o curso de Teologia, mas levava uma vida irrequieta, desordeira, além da fama de conquistador, mostrando pouca vocação para a Igreja.

Em 1544, com 20 anos, deixou as aulas de teologia e ingressou no curso de filosofia. Já era conhecido como poeta. Nessa época, compôs uma elegia à Paixão de Cristo, que ofereceu a seu tio. Seus versos revelam que ele estudou os clássicos da Antiguidade e os humanistas italianos.

Nessa época, encontra-se com D. Catarina de Ataíde, dama da rainha D. Catarina da Áustria, esposa do rei D. João III e, desse encontro nasce uma ardente paixão, mais tarde imortalizada pelo poeta com o anagrama “Natércia”.

Nessa época, a intelectualidade nacional era incentivada, sobressaindo-se escritores, pensadores e poetas, como Sá de Miranda, que iniciou o Classicismo em Portugal e o próprio Camões, que se tornou o maior representante do Classicismo português.

Num sarau, seguido de um torneio poético, o espanhol Juan Ramon, sobrinho de um professor da Universidade, sentiu-se ofendido por causa dos versos de Camões.

Seguiu-se um duelo e o espanhol saiu ferido, o que terminou na prisão do poeta, sob o protesto dos estudantes. No final de muitas discussões, Camões foi perdoado, com a condição de ser desterrado durante um ano em Lisboa.

Na capital, os versos do poeta eram apreciados pelas damas da corte, mas era perseguido por outros poetas, sendo vítima de muitas intrigas para desprestigiá-lo e afastá-lo da corte.

O poeta e o soldado

Para fugir das perseguições, em 1547, Camões resolve embarcar, como soldado, para a África. Serviu dois anos em Ceuta. Combateu contra os mouros e durante uma briga perdeu o olho direito.

Em 1549, Luís de Camões retornou para Lisboa e entregou-se a uma vida desregrada. Em 1553, envolveu-se em novo incidente, ferindo um empregado do paço. Foi preso e permaneceu um ano encarcerado.

Nessa época, inspirado nas conquistas ultramarinas, nas viagens por mares desconhecidos, na descoberta de novas terras e no encontro com costumes diferentes, escreveu o primeiro canto de sua imortal poesia épica, *Os Lusíadas*.

Posto em Liberdade, em 1554, Camões embarcou para as Índias. Esteve em Goa, e tomou parte de várias outras expedições militares.

Camões foi nomeado provedor em Macau, na China e durante esse período, escreveu mais 6 contos de seu poema épico. Em 1556 partiu novamente para Goa, mas sua embarcação naufragou na foz do rio Nekong.

Camões conseguiu se salvar nadando, levando consigo os originais dos *Lusíadas*. Chegando a Goa, foi preso novamente em consequência de novas intrigas. Ali recebeu a notícia da morte prematura de D. Catarina de Ataíde.

Os Lusíadas

Em 1569, Camões resolveu voltar para Portugal e embarcou na nau Santa Fé, levando consigo um escravo, que lhe acompanhou até seus últimos dias. Chegou a Cascais em 7 de abril de 1570. Depois de 16 anos, estava de volta à sua pátria.

Em 1572 publicou seu poema **Os Lusíadas** que celebra os feitos marítimos e guerreiros de Portugal. O poema é composto de dez cantos, cada canto é formado por estrofes de oito versos. Com o sucesso da obra, Camões recebeu do rei D. Sebastião uma pensão anual.

Inspirado em A Eneida, de Virgílio, Camões narra fatos heroicos da história de Portugal, em particular, a descoberta do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama. No poema, Camões mescla fatos da História Portuguesa e as intrigas dos deuses gregos, que procuram ajudar ou atrapalhar o navegador.

De concreto, sabe-se apenas que Luís Vaz de Camões foi levado para Coimbra em criança, e a sua educação confiada a seu tio, Dom Bento de Camões, prior-mor do Convento de Santa Cruz e cancelário da Universidade.

Já adulto, graças à nobreza de seus pais, passa pela corte de D. João III, onde faz brilhar os seus dotes de Poeta épico e lírico, ante os reis e a grande nobreza do Reino, o que lhe granjeia a inveja e a inimizade de outros poetas da época.

Ainda na corte, toma-se de amores pela infanta D. Maria, irmã de D. João III, filha de D. Leonor e de D. Manuel I, e torna-se grande amigo de D. António de Noronha, filho dos condes de Linhares.

Graças ao seu espírito aventureiro, embarca para Ceuta, onde perde um olho. Regressa em 1553, e parte no mesmo ano para a Índia, na armada de Fernão Álvares Cabral. No Oriente faz parte da expedição comandada por D. Afonso de Noronha, luta na Armada do Norte (que parte de Goa em 1554 para o estreito de Meca), é ferido em 1556 nas Molucas, e acaba por incorpora-se na Armada do Sul, comandada pelo capitão de Malaca, D. João Pereira.

Mais tarde, (1569), D. Antão de Noronha, após abandonar o cargo de vice-rei da Índia, de regresso à Metrópole, ao passar por Moçambique, toma conhecimento através de Diogo do Couto, da penosa situação em que ali se encontra Luís Vaz de Camões. Organiza de imediato uma subscrição a favor do Poeta, que chega, finalmente, a Lisboa em Abril de 1570 (vestindo roupas emprestadas por alguns amigos, condoídos da sua situação.)

Camões regressa, precisamente, na altura em que uma terrível epidemia assola Lisboa. Pobre e doente, durante mais de dois anos leva vida de penosa indigência, sobrevivendo graças ao seu fiel escravo, amigo e companheiro Jau, que para fazer face à vida de miséria do seu amo, pede esmola pelas ruas da capital, recitando os versos do Poeta.

A sua fé em dias melhores, consiste na esperança de ver editada a sua obra «Os Lusíadas», poema épico, que havia salvo a nado, em 1559 das águas do rio Mecom, em Macau, quando, sob prisão, seguia para Goa.

No entanto, só em 1572 Luís Vaz de Camões vê o seu trabalho publicado. Um ano antes, por empenhamento da Infanta D. Maria, D. Sebastião, atendendo à precária situação do Poeta, concede-lhe uma tença de 15 000 reais. Esta dádiva (muito pequena em relação a outras atribuídas naquela época) assegura-lhe a sobrevivência durante os oito anos que antecederam a sua morte, ocorrida em 1580 (exatamente dois anos após a derrota de Alcácer-Quibir e no ano em que Filipe II de Espanha se torna rei de Portugal.).

Durante os dezassete anos que permanece pelo Oriente, Camões revê toda a sua obra literária. Por essa altura, compõe diversas canções, sonetos, odes, églogas, elegias, sextilhas, oitavas e redondilhas.

Em 1880, embora sem confirmação segura de identificação, os restos mortais de Luís Vaz de Camões são trasladados da ermida do Convento de Sant'Ana (demolido em 1897/ 98, local onde funciona hoje o Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana) para um túmulo de mármore na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

6. MIGUEL DIAS (colega de Camões / Universidade de Coimbra)

7. MARTIM DA CÂMARA (secretario do rei D. Sebastião)

Martim Gonçalves da Câmara (1529-1613) foi um sacerdote e estadista português. Estudou em Coimbra, onde ensinou e foi nomeado reitor da Universidade (1563). Entre 1563-64 – Martim Gonçalves da Câmara foi padre jesuíta. Foi nomeado pela regente D. Catarina.

Foi desembargador do paço, conselheiro de Estado e escrivão da puridade do Rei D. Sebastião.

Conduziu os negócios do reino durante sete anos e abandonou o paço (1576) acusado, falsamente, de se opor a que D. Sebastião se casasse.

O rei foi incentivado a fazer escolhas e restabeleceu o cargo de escrivão da puridade — uma espécie de primeiro-ministro — nomeando o irmão do seu confessor, ou seja, o antigo reitor da Universidade de Coimbra, Martim Gonçalves da Câmara. Este Martim Gonçalves da Câmara era um homem já muito influente, com administração de uma grande parte dos assuntos de justiça, que na época implicava também controlar a nomeação de muitos dos servidores do rei, além de fazer parte do grupo restrito dos membros do Conselho Geral do Santo Ofício, a Inquisição.

Martim Gonçalves da Câmara e o seu irmão, o confessor do rei, Luís Gonçalves da Câmara, construíram uma poderosa aliança.

Foram os Câmaras a afastar do rei D. Sebastião o cosmógrafo-mor e matemático, Pedro Nunes, e parecem ter instilado no rei a aversão ao casamento.

Talvez tenham também soprado ao ouvido do jovem monarca a necessidade de D. Sebastião se encontrar livre para a preparação da Jornada em África.

Segundo um famoso documento da época, o Memorial de Pero Roíz Soares, o escrivão da puridade, Martim Gonçalves da Câmara, rapidamente se tornou uma sombra de D. Sebastião, chegando a rasgar documentos assinados pelo rei.

Certo escrivão, ao apresentar uns papéis para D. Sebastião assinar, quando o rei seguia em viagem atravessando a fronteira do Algarve com o Alentejo, confidenciou que «dali por diante olhasse sua Alteza como punha os pés, pois entrava no Reino de Martim Gonçalves». Farto da onipotência do ministro, D. Sebastião acabou por discutir com Martim Gonçalves da Câmara, que terá saído do Paço, batendo portas com estrondo e abandonando a corte, mas as coisas ficaram de tal forma que só a menção do nome de Martim Gonçalves da Câmara enfurecia o rei.

8. REI D. SEBASTIÃO

O Desejado, 16.º rei de Portugal. Nasceu em Lisboa a 20 de janeiro de 1544, sendo filho, póstumo do príncipe D. João, o único filho varão sobrevivente de D. João III, e de D. Joana, filha do imperador Carlos V.

D. João III tivera dez filhos, legítimos e um bastardo, mas todos morreram em vida de seu pai, só o príncipe D. João, que nascera em 1557, chegara à adolescência, e por isso, apenas ele completou quinze anos. Seu pai o casou com D. Joana, filha de Carlos V, mas a sorte fatal que perseguira os outros filhos do monarca, também o não poupou, e o príncipe D. João faleceu a 2 de janeiro de 1554, deixando sua esposa grávida e próximo do termo da gravidez. Esperavam todos com ansiedade o nascimento do neto de D. João III, porque a Coroa achava-se ameaçada de ficar sem sucessão, e uma cláusula fatal inserida nas escrituras do casamento da infanta D. Maria de Portugal com o príncipe D. Filipe de Castela, atribuía aos filhos deste matrimónio a herança da coroa portuguesa no caso de faltarem herdeiros diretos. Era a união ibérica sempre temida e sempre detestada pelos portugueses, portanto, todos esperavam com grande inquietação o nascimento do filho póstumo do príncipe D. João, e foi com a maior alegria que se soube, a 20 de janeiro desse ano de 1554, que acabara de nascer um filho, que ia receber o nome de Sebastião, por ter nascido no dia em que a igreja reza desse santo. Pelo entusiasmo com que aquela notícia fora recebida, se deu ao futuro rei o cognome de Desejado. Não foram os menos contentes os avós, que se viam na perspectiva de ficar sem descendência. D. João III, porém, pouco tempo sobreviveu, porque morreu três anos depois, deixando a herança

da coroa a essa débil criancinha, única esperança da nacionalidade portuguesa, e que estava predestinada para nos ser tão fatal.

D. Sebastião, começou, pois, a reinar desde 11 de junho de 1557, com três anos e meio de idade, e foi logo aclamado rei. Levantaram-se dúvidas a respeito da regência, que o cardeal D. Henrique reclamava como tio-avô do jovem monarca, e que a avó, a rainha viúva D. Catarina, assumiu em virtude dum testamento mais ou menos autêntico de D. João III. A regente, porém, era uma senhora que não deslustrava a família a que pertencia, era digna irmã de Carlos V. Inteligente e sagaz chamou para seu auxiliar o cardeal D. Henrique, no propósito reservado de o aniquilar, o que facilmente conseguiu. Para o consolar, trabalhava em Roma para que o elegessem papa, mas no governo do reino anulou-o completamente. Contudo, D. Henrique intrigava, e a rainha para acabar com esse estorvo, lembrou-se de dizer que lhe entregava completamente a regência do reino. Apanhado de improviso, o cardeal infante não se atreveu a aceitar; a sua recusa foi logo aceite e sancionada pelas cortes, que para esse fim se reuniram, e D. Catarina ficou então na posse indisputada e completa da regência. Contudo, D. Henrique tinha um poderoso auxiliar, que eram os jesuítas, a cuja astúcia confiou o êxito da sua causa. Contra eles é que D. Catarina nada pôde conseguir. Os jesuítas tanto intrigaram que afinal a rainha, em 1567, depois de dez anos de regência, viu-se obrigada a cedê-la definitivamente a D. Henrique. Esta regência durou, porém, só até 1568, ano em que D. Sebastião tendo completado catorze anos de idade, foi declarado maior. D. Henrique não era homem capaz de só por si lutar contra a sua inteligentíssima cunhada. Esta cedera, mas não tardou a tomar a sua desforra.

Apenas D. Sebastião chegou aos catorze anos, a rainha-avó tanto se moveu que conseguiu que lhe fosse proclamada a maioridade. A regência do cardeal durara apenas um ano. Que esperanças podia o novo soberano inspirar ao povo, e qual seria a sua educação. Ficara órfão de pai, ainda antes de nascer; sua mãe partira para Espanha, mostrando-se muito despeitada por lhe não ser confiada a regência, quando morreu D. João III. A rainha D. Catarina, avó do monarca, podia ser excelente educadora, e mostrou-o resistindo por algum tempo à nomeação que lhe queriam arrancar dum jesuíta para mestre do seu neto, a que afinal cedeu. A Companhia de Jesus era já nesse tempo um colosso. O preceptor foi o padre Luís Gonçalves da Câmara. Para aio escolheu-se D. Aleixo de Meneses, homem de sã critério e espírito superior. Os que detestavam a influencia jesuítica imaginaram que D. Aleixo de Menezes, com a sua autoridade exerceria maior influência no ânimo do discípulo. Mas não sucedeu assim, Sem o querer, é certo, D. Aleixo contribuiu para completar a educação do jesuíta. O padre Câmara fez de D. Sebastião um monge, e D. Aleixo um militar brioso; essas duas educações combinadas deram em resultado esse monge militar coroadado, esse templário entusiasta, que arrastou Portugal é, última cruzada, e que nessa cruzada o perdeu. Com o seu temperamento ao mesmo tempo guerreiro e contemplativo, D. Sebastião facilmente recebeu as lições do preceptor e do aio. O padre Câmara desenvolvia no seu espírito o fervor ascético e religioso para poder fazer do rei, confiado aos seus cuidados, o fiel escravo da Companhia; D. Aleixo de Meneses, cumprindo o seu dever, ensinava-lhe os brios cavalheirescos que eram próprios de um rei, e com as suas lições e com os exemplos gloriosos da sua vida ensinava-o a prezar a gloria das armas e a não temer os perigos. Ao mesmo tempo ouvia o jovem monarca a cada instante em torno de si lamentar a resolução de D. João III, que entregara aos mouros algumas praças que tinham sido conquistadas pelos nossos à custa de tanto sangue; era bem criança ainda, mas já com o espírito aberto a todas as impressões, pela sua notável precocidade, quando a defesa heróica de Mazagão exaltou o reino todo e

precipitou dentro das muralhas da praça africana a flor da fidalguia portuguesa. Tudo isto concorria para o exaltar e para o excitar.

Muito inteligente, muito impressionável, aprendendo tudo de relance, D. Sebastião era por isso mais acessível do que qualquer outro é, influencia de todas estas causas. Dividia o seu tempo pelas caçadas, pelos exercícios religiosos e pela leitura de livros de história, principalmente da história portuguesa. O seu grande prazer era desafiar o perigo e procurar as agruras e os descómodos da vida montesina. Ia de Inverno para Sintra, de Verão para Salvaterra e Almeirim, em dias de temporal é que ele folgava de embarcar nas galés e de ir fora da barra contemplar, da popa dos navios, o mar embravecido. Fugia do amor com uma insensibilidade notável, tanto porque julgava esse sentimento efeminado incompatível com os seus hábitos guerreiros, porque o seu espírito religioso lhe fazia ver o ideal da vida humana na castidade ascética. Tudo concorria, pois, para perder o rei e o país; as qualidades de D. Aleixo de Meneses e os defeitos de Luís Gonçalves da Câmara, os seus hábitos de caçador semisselvagem que lhe faziam desprezar a um tempo o amor e o perigo e que o impediram de deixar um herdeiro da coroa e de salvar-se por ocasião da derrota de Alcácer Quibir, quando isso lhe era ainda tão fácil. D. Sebastião tornou-se completamente um escravo dos jesuítas, que tudo tinham feito por lhe desenvolver o fervor religioso, que animavam o seu afastamento das mulheres, porque a influencia duma mulher, esposa ou amante, destruiria para sempre a influência do confessor. Este, sempre hábil, enquanto precisou de ter quem o escudasse, favoreceu o cardeal D. Henrique, criatura sua, contra a rainha D. Catarina, e quando viu que já lhe não era preciso, tratou de o inutilizar, servindo-se para isso do despeito de D. Catarina, e foi proclamar a maioria de D. Sebastião. D. Henrique, profundamente despeitado, recolheu-se ao convento de Alcobaça, e D. Catarina, vendo logo que não podia nada em seu neto, porque, tendo-lho pedido que nomeasse vedor da fazenda Pêro de Alcobaça, homem de grande importância e merecimento, teve o desgosto de ver a sua recomendação postergada, sendo escolhido para esse lugar D. Martinho Pereira, homem perfeita mente nulo, para escrivão da puridade Martim Gonçalves da Câmara, irmão do confessor, e para secretario Miguel de Moura, também uma inutilidade, de forma que os Câmaras eram verdadeiramente onnipotentes no conselho de D. Sebastião.

9. FRANCISCA DE ARAGÃO (aia da corte, antiga namorada de Camões)

D. Francisca de Aragão (1525 – 1615) era a dama preferida da Rainha D. Catarina da Áustria, esposa do Rei D. João III, mulher cheia de devoção, mas muito atormentada pelas práticas da inquisição, que se encantou com o espírito e vividez de D. Francisca. A dama que veio moça do Algarve para o paço da Ribeira, com outras jovens da sua família. Francisca era filha de Nuno Rodrigues Barreto, senhor da Quarteira e de D. Leonor Milan, filha de Afonso, mestre de calatrava e filho bastardo de D. João II de Aragão. Eram gente com sangue real, que mais tarde se veio a justificar pelo tratamento como sobrinha, por parte de D. Filipe III de Castela. Segundo investigadores contemporâneos, Francisca era a 6ª filha entre sete irmãos e sobrinha do famoso governador da Índia, entre 1555-1558, Francisco Barreto. Francisca, uma das mais lindas mulheres, entre as celebradas formosuras da corte, foi musa inspiradora de vários poetas, entre eles, Luiz Vaz de Camões, Andrade Caminha, do seu amante D. Manuel de Portugal e de Juan de Borja e Castro, com quem veio a casar pelo seu prestígio de embaixador em Portugal. Ele era um homem com grandes serviços prestados a Castela, posteriormente reconhecido por mérito e a fez primeira Condessa de Ficalho. Da união

com D. Juan de Borja e Castro tiveram dez filhos, todos ilustres, com os seus nomes e honra no seu brasão familiar.

Francisca, ao contrário da beleza serena de Catarina e do porte altivo de Violante de Andrade, era de uma irrequieta elegância que deixava um rasto de luz por onde passava. Favorita da rainha, a nova donzela era a cópia da beleza de Petrarca: olhos azuis de mar, cabelos de ouro e seda, alvura de pele e cintura de palmo cingida.

Essa sua graciosidade, leve e descontraída, que passeava e exhibia nos salões da corte, deixavam estupefactos os olhares dos poetas e dos cortesãos, incendiando os corações dos nobres mais ricos, cultos e engenhosos.

Não admira, pois, que tivesse desde logo despertado o ciúme e a inveja das outras, em especial de D^a Violante, de quem se falava à boca pequena que andava em caso de alcova com Luís Vaz de Camões, a quem entregara a educação de seu primogénito, D. António de Noronha.

No meio de bisbilhotices e intrigas, certa vez, tinha o poeta regressado de Ceuta onde perdera o olho direito, Francisca, provocadora, para mostrar um desinteresse que não tinha, atirou-lhe com o defeito à cara, chamando-lhe “o cara sem olho”. Não perdeu pela demora e teve do poeta resposta pronta:

E houve trocas de cartas e repetiram-se os motes e as glosas, os sonetos e as canções. Mil cumplicidades partilhadas pelos dois, mas pouco mais do que um devaneio poético. Prolongou-se este jogo de sedução em verso por algum tempo, sabendo-se que Francisca tinha o sentido prático da vida e sabia domar os sentimentos, colocando-os num lugar que não lhe atrapalhassem o futuro. Piscava o olho a Camões, andava de caso com D. Manuel de Portugal, filho do conde de Vimioso e não deixava de enviar sinais a Pero Caminha, camareiro do infante D. Duarte, sem esquecer o músico e poeta, Jorge Montemor. Um tanto cabeça no ar e da fama não se livrava.

Entretanto, chegava a notícia que, sendo esperada, a deixou profundamente abalada: o poeta ia partir para um longo desterro, no oriente. E Francisca não quis faltar à despedida do seu “cara sem olho”, nem dar o exclusivo desse momento às suas rivais

Quando regressou, 17 anos depois, o poeta trazia na mala o manuscrito de *Os Lusíadas*, mas já quase tudo tinha mudado nos amores do Paço: D^a Catarina morrera e, Joana, filha de Violante, também. Por sua vez, Francisca, ia nos 34 anos de idade, e sem esconder uma emoção ainda forte pelo poeta, andava de caso com Juan Borja, embaixador em Lisboa do rei de Castela, com quem veio a casar. Por esse facto, frequentou os salões das cortes mais luxuosas da Europa e recebeu o título de primeira condessa de Ficalho.

10. CONDE DA VIDIGUEIRA (neto de Vasco da Gama, vice-rei da Índia)

Conde da Vidigueira foi um título nobiliárquico de Portugal. Foi concedido a 29 de Dezembro de 1519 a Vasco da Gama, comandante da armada que realizou a descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1498-1499, por D. Manuel I, o rei que o enviara à Índia vinte anos antes. Logo após o seu regresso da Ásia tinha Vasco da Gama a 10 de Janeiro de 1500 recebido o tratamento de Dom e o título honorífico hereditário de *Almirante da Índia*. Mais tarde regressara à Índia em 1502-1503, e voltaria ainda ao Oriente como Vice-rei da Índia em 1524, sendo o apenas segundo governador do Estado da Índia com estatuto de vice-rei após D. Francisco de Almeida (1505-1509).

Note-se que a criação deste condado representa, tal como a criação do Marquesado de Nisa em 1646, a mais notável ascensão social da História de Portugal até então.

A excepcional ascensão social desta linhagem deve-se essencialmente ao singular feito de Vasco da Gama, e aos feitos dos seus sucessores, especialmente dois dos seus filhos na década de 1540 no Oriente, que asseguraram a fama da linhagem.

O título foi criado por decreto real emitido em Évora em 1519, após um acordo assinado a 7 de Novembro entre Vasco da Gama e D. Jaime I, Duque de Bragança, em que este último vendia as vilas alentejanas da Vidigueira e Vila de Frades a Vasco da Gama, seus herdeiros e sucessores, bem como todos os rendimentos e privilégios relacionados.^[4] Lembre-se que Vasco da Gama era ele próprio alentejano, tendo nascido na vila próxima de Sines, onde seu pai Estêvão da Gama era alcaide.

11. CONDESSA DA VIDIGUEIRA (Marta de Ataíde)

D. Maria de Ataíde, filha de D. António de Ataíde, conde da Castanheira, senhor de Póvoa e Cheleiros, alcaide-mor de Colares, e da condessa D. Ana de Távora. Esposa de Vasco da Gama, 3º conde da Vidigueira.

12. DAMIÃO DE GÓIS (diretor da Torre do Tombo, tio avô de Camões)

Damião de Góis era guarda-mor da Torre do Tombo, quando em 4 de abril de 1571, foi acusado de heresia e preso pela Inquisição. Faleceu a 30 de Janeiro de 1574. Foi há 450 anos.

Em 1502 nasce em Alenquer a 2 de fevereiro Filho do almoxarife Rui Dias de Góis, e de sua mulher Isabel Gomes de Limi Bisneto de Nicolau de Limi, fidalgo de origem flamenga que se estabelecera em Portugal.

Em 1518 recebeu moradia como moço de câmara do rei D. Manuel I Em 1523, com 20 anos de idade, foi nomeado pelo rei D. João III, secretário da Feitoria Portuguesa de Antuérpia Entre 1528 e 1531 efetuou várias missões diplomáticas e comerciais em várias cidades da Europa.

Em 1532 ingressou na Universidade de Lovaina Em 1534 dedicou-se a tempo inteiro aos estudos, em particular ao aprofundamento dos ideais humanistas. Conviveu com Erasmo de Roterdão, Martinho Lutero, Inácio de Loyola e muitos outros grandes intelectuais seus contemporâneos Entre 1534 e 1538 frequentou a Universidade de Pádua.

Em 1538, com autorização do rei D. João III, casou com Johanna van Hargen Em 1545 a pedido do rei D. João III, veio para Portugal, para ser mestre do príncipe herdeiro D. João Em 1545, foi acusado de heterodoxia e denunciado à Inquisição pelo padre Simão Rodrigues, mas por intervenção do cardeal D. Henriques, o processo inquisitorial não teve seguimento.

Damião de Góis foi nomeado por D. João III para servir de guarda-mor da Torre do Tombo, enquanto Fernão de Pina estivesse preso pela Inquisição, por Alvará dado em Xabregas, a 13 de Junho de 1548. Assumiu plenamente o cargo em 1550, ano em que Fernão de Pina foi sentenciado pela Inquisição de Lisboa e regressou definitivamente à Guarda.

Como guarda-mor competia-lhe buscar os documentos e entregá-los para o serviço régio, quer os originais quer em certidão; assinar as certidões de documentos requeridos por particulares, e dirigidos ao guarda-mor por provisão régia O rei encarregou-o de fazer o inventário dos documentos entregues por Pero de Alcáçova Carneiro e o inventário das Bulas e Breves de Roma.

Competia ao guarda-mor dirigir os trabalhos respeitantes à elaboração dos livros de Leitura Nova, que decorriam na Torre do Tombo desde 1504 Além da assinatura das laudas, Damião de Góis deixou averbadas informações, umas por mandado de D. Afonso, conde de Vimioso e vedor da Fazenda, outras por sua iniciativa.

Damião de Góis recebeu diversas mercês e tenças, em bens e géneros, em atenção aos serviços prestados na Torre do Tombo, aos reis D. Manuel I e D. João III e, particularmente, pelo trabalho de elaboração da Crónica de D. Manuel, datando de 1549,

1560, 1566 e 1567 Uma tença de 10 moios de trigo (1560) Concessão do hábito de Cristo com vinte mil reais de tença (28 de Janeiro de 1566), a que renunciou em favor do genro. O privilégio de poder mandar vir da Índia, durante o ano de 1566, mercadorias no valor de 2 mil cruzados, que não fossem pimenta, cravo, canela, gengibre, noz-moscada, anil ou lacre (6 de Fevereiro de 1566). Licença para usar as armas de sua geração com as emendas contidas em carta de Carlos V. O registo da carta de brasão foi feito aos 15 de Agosto de 1567.

As primeiras denúncias na Inquisição contra Damião de Góis datam de 1545, quando o jesuíta Mestre Simão o acusou em Évora em 5 de Setembro. Em 12 de Outubro de 1556, sua mulher, Joana de Hargen, foi acusada de luteranismo por um seu criado, Paulo, flamengo. A 24 de Setembro de 1570 foi chamado à Mesa da Inquisição de Lisboa para confirmar as declarações prestadas.

As funções de guarda-mor terminaram com a sua prisão pela Inquisição de Lisboa, em 4 de Abril de 1571 A sentença, lida na Mesa, condenava-o a «cárcere penitencial perpétuo» em local a indicar pelo rei A abjuração em forma foi assinada por Damião de Góis em 6 de Dezembro de 1572 e no dia 16 do mesmo mês foi entregue no Mosteiro da Batalha. Damião de Góis preparou a sua própria defesa e pelas suas mãos escreveu as páginas que constam no seu processo da Inquisição

Veio a falecer na sua casa de Alenquer, a 30 de Janeiro de 1574. Foi sepultado na Igreja de Santa Maria da Várzea de Alenquer. Foi posteriormente trasladado para o Túmulo de Damião de Góis na Capela da Igreja de São Pedro.

13. FREI BARTOLOMEU FERREIRA (jesuíta Inquisidor)

São Bartolomeu dos Mártires, O.P., (Lisboa, Mártires, 3 de Maio de 1514 – Viana do Castelo, Convento de Santa Cruz, 16 de julho de 1590), foi um influente Arcebispo, que atuou em Braga entre 1559 e 1582. É lembrado como um modelo de benevolência e dedicação para a Igreja Católica.

Participou de forma notável no Concílio de Trento como defensor de um tempo de graça e renovação.

Era muito popular e passava a maior parte do tempo em visita pastoral na sua longa e diversificada arquidiocese. Preocupou-se muito com várias questões sociais, durante a peste de 1570 e a crise econômica de 1574, as suas obras de caridade foram exemplares.

O Papa Francisco concedeu, a 20 de Janeiro de 2016, em audiência à Congregação para a Causa dos Santos, a autorização necessária à dispensa do milagre formalmente demonstrado para a declaração de Santidade do Beato D. Frei Bartolomeu dos Mártires. A canonização foi aprovada a 5 de Julho de 2019.

14. ANTÓNIO GONÇALVES (tipógrafo / livreiro)

Tipógrafo no século XVI, foi o primeiro a estampar os Lusíadas e imprimiu as seguintes obras: *Sucesso do segundo cerco* de Diu de Jerónimo Corte-Real, *Historia da provincia de Sãcta Cruz*, De Rebus Emanuelis de Jerónimo Osório.

Na primeira edição de *Os Lusíadas* de 1572, estão reproduzidas as licenças do Ordinário e da Inquisição. O censor por esta designado, Frei Bartolomeu Ferreira, considerou o livro “*digno de se imprimir*”, cujo autor “*mostra nelle muito engenho, & muita erudição nas Sciencias humanas*”. Mas não deixou de advertir os Leitores que, para sublinhar a dificuldade da navegação e entrada dos portugueses na Índia, o autor “*usa de hua fição dos Deoses dos Gentios*”, devaneio que julgou tolerável, por estarmos no domínio da “*Poesia & Fingimento*” (CAMÕES, 1572: 2, inum.).

Este é um aspeto importante: os pareceres dos censores eram reproduzidos no livro que recebia a autorização de impressão, textos por vezes longos e pouco poupados em elogios.

Não daremos por concluído este estudo sem mencionar António Gonçalves, tipógrafo que houve a honra de imprimir a primeira edição de *Os Lusíadas* o poema épico de Luís de Camões. O impressor é citado por Venâncio Deslandes (1888) como assistente de Duarte Nunes de Leão a quem foi concedida a licença de impressor em 1564. Deslandes afirma que a tipografia de Gonçalves nunca conheceu, apesar da importante obra que imprimiu, a proeminente reputação que é atribuída à de outros impressores.

Contudo, Joaquim Anselmo (1962) descreve António Gonçalves como um tipógrafo notável, que imprimiu sempre em Lisboa e cuja atividade se desenvolveu entre 1566 e 1576, tempo este durante o qual produziu uns 27 ou 28 títulos, com caracteres redondos e itálicos, alguns dos quais de excelente qualidade. Alguns dos rostos das suas impressões são gravados em metal.

| SOBRE O ENCENADOR

António Plácido nasceu a 05 de outubro de 1957, em Gabela - Angola. Foi cofundador, em 1977 do TEF COMPANHIA DE TEATRO, onde desempenhou vários cargos nos corpos sociais, sendo hoje vice-presidente da Direção da ATEF. É corresponsável nesta Associação, pelas áreas de Produção e Promoção, desde 2012.

É presidente da Assembleia da Associação do Filme e Televisão da Madeira (FILM Comission)

É ator de teatro desde 1977, com participação continuada em espetáculos, representando textos transversais, desde clássicos como Shakespeare ou Molière, passando por Bertold Brecht e Antoine de Saint- Exupéry (*O Principezinho*), até autores mais contemporâneos. Trabalhei com encenadores como Leopoldo Kalienovsky, Roberto Merino, Fernando Heitor, Bruno Bravo, Eduardo luíz, Kot Kotecsky e Eduardo Gaspar.

É ator de cinema e televisão: papel numa série de televisão, emitida na RTP, “Hotel Bom Séjour”; numa telenovela transmitida na TVI, “A Flor do Mar” e num filme rodado no Porto Santo, com o mesmo nome, “Porto Santo”, de Vicente Jorge Silva.

Interprete (diseur) de poesia: Integrou dois grupos de poesia e música nos quais foi intérprete de poesia; Os VÉRTICE, grupo que interpreta textos de poetas madeirenses, com músicas originais, em que os textos são, ora cantados ora ditos e os ...APANHADOS COM A BOCA NA PALAVRA, que interpreta todo o tipo de poesia sendo que a música é sempre uma criação do momento e os textos são sempre ditos, nunca cantados.

Tem experiência como encenador, tendo encenado alguns espetáculos, nomeadamente no Grupo de Teatro A LANTERNA de Machico e no TEF COMPANHIA DE TEATRO.

Em 1985 frequentou o *Curso de Produção / Realização* – (Centro de Formação da RTP)

Em 1993 completou o *Curso Básico de Realização para Produtores* – (Centro de Formação da RTP).

Foi Realizador e Produtor na RTP Madeira entre 1983 e 2013. Atualmente é Freelancer na área da realização e produção de vídeo e guionismo para televisão.

Em 1992 e 1993 – frequentou o I e II *Curso de Diretores e Encenadores de Teatro Amador em Regime Livre* – INATEL, com professores da Escola Superior de Teatro). Em 1997 – completou o *Curso Intensivo de Voz e Movimento* para atores – TEF (Teatro Experimental do Funchal /INATEL – com professores da Escola superior de Teatro). Em 2002 - frequentou

o Curso de Guionismo (escrita para televisão), com o professor Rui Vilhena. Em 2013 – frequentou o *Workshop de Representação* – com Nicolau Breyner – no Madeira Film Festival. E em 2019 licenciou-se em Estudos de Cultura, pela Universidade da Madeira.

SINOPSE

“Que farei com este livro?”, pergunta-se Camões, segundo José Saramago, ao contemplar o seu poema *OS LUSÍADAS* por fim impresso. Foi esta a pergunta que induziu José Saramago a escrever uma peça de Teatro cuja ação decorre em Almeirim e Lisboa, entre abril de 1570 e março de 1572, quando da chegada de Luís de Camões a Lisboa, vindo da Índia e Moçambique, no ato de tentar a publicação da primeira edição de *OS LUSÍADAS*. No meio de personagens históricas figuram outras, nascidas da imaginação do escritor, todas em torno da edição de *OS LUSÍADAS*. “Se eu fosse esmolar pelas ruas e praças talvez me dessem dinheiro para comer. Mas não mo dariam se eu dissesse que o destinava a pagar ao livreiro que me imprimisse o livro”. Será necessário ler este livro para saber se foi Camões ou Saramago quem assim falou.

...

Em “Que farei com este livro?”, José Saramago retoma a história cultural de Portugal para retratar, com base em fontes historiográficas, o que acontecia na época conhecida como Classicismo. Com uma fina ironia, o Nobel português critica aqui o comportamento da Corte e da Igreja em relação à publicação de “Os Lusíadas” de Luís de Camões.

“Que farei com este livro?” é a segunda peça para teatro de José Saramago que transforma o poeta Luís de Camões em personagem retornado das Índias, no período entre 1570 e 1572, o qual tenta negociar a publicação de “Os Lusíadas”.

Estreada em 1980, na época um grande êxito junto do público, a crítica tem considerado esta obra como uma homenagem a Camões, na medida em que nela se dramatiza toda a problemática ligada à publicação da maior obra épica em língua portuguesa: o desinteresse do rei e da corte, a difícil situação económica do poeta e de sua mãe, a relação de Camões com o impressor, a Inquisição.

SOBRE A ATEF | 49 anos de Teatro na Madeira

A Associação Teatro Experimental do Funchal (ATEF) iniciou o seu percurso em **1975**, nos serviços culturais da Câmara Municipal do Funchal, denominada na altura como Grupo Experimental de Teatro do Funchal (GEFT), por iniciativa do então Chefe de Serviços da Comissão de Atividades Culturais do TMBD, Sr. Fernando Nascimento.

Em setembro de **1982**, numa reunião de atores, passou a denominar-se Teatro Experimental do Funchal. A 12 de abril de **1984**, formou-se a TEF CRL | Teatro Experimental do Funchal, Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

Em **2006** a sua natureza jurídica passou para ATEF | Associação Cultural sem fins lucrativos. Em **2007** foi-lhe atribuído o Estatuto de Utilidade Pública de Pessoa Coletiva.

Ao longo dos anos os, porque não tinha sede, os ensaios dividiram-se por vários espaços: Teatro Municipal Baltazar Dias (até **1984**), Inatel, Ateneu, espaços privados - Inatel, (a partir de **1987**) Teatro Municipal Baltazar Dias, (em **1994**) Auditório do Jardim Municipal e recreio da Escola Primária da Carreira (onde fazia sede numa sala da mesma, desde **1987**), Cine Teatro Municipal

de Santo António (a partir de 1995 - onde tem realizado a maior parte dos seus espetáculos) e Centro Cívico Edmundo Bettencourt - aquando da sua mudança de sede (1998).

Fez itinerância com os seus espetáculos por toda a RAM e espaços nacionais: Circo de Braga, Coliseu Micaelense (Açores), Coimbra, Casa Cultural de Beja, Chapitô, Teatro A Barraca, Fafe, Porto, entre outros. Atuou em vários festivais (FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica – Porto; Encontro Regional Funchal em Lisboa; Festival Colombo – Porto Santo; Cortejo 500 Anos da Cidade do Funchal). Participou em Feiras do Livro, Festas da Cultura e outras.

Desde a sua formação já produziu 147 espetáculos para crianças, jovens e adultos, assinados por vários autores estrangeiros, portugueses, alguns dos quais madeirenses. Da sua vasta lista de autores constam: Shakespeare, Antoine Saint-Exupéry, Molière, Bertold Brecht, Tennessee Williams, August Strindberg, Shakespeare, Maria Clara Machado, André Brun, Jorg Buchner, John Arden, Lope de Rueda, Cervantes, Jean Genet, Paul Maar, Karl Wallentin, Oscar Von Pfhul, Lucien Lambert, August Strindberg, Angelo

Beolco, Sílvia Ortoff, Marivaux, Almeida Garret, Camilo Castelo Branco, Raul Brandão, Ramón Gomes dela Serna, Lyman Frank Baum, Jean Paul Sartre, Anton Tchekov, Kiko Palmeira, Virgílio Martinho, Fernando Passos, Natália Teles, António Manuel Couto Viana, Maria Teresa Horta, António Aleixo, Orlando Barros, Carlos Manuel Rodrigues, Manuel Couto Viana, Norberto D'Ávila, Fernando Pessoa, Mendes de Carvalho, Orlando Neves, José Jorge Letria, Roberto Merino, Fernando Augusto, António Torrado, Armando Nascimento Rosa, Kjiartan Poskitt, Carlo Goldoni, Craig Lucas, Thorton Wilder, Yvette K. Centeno, Aristófanos, Paulo Sacaldassy, Maquiavel, Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes, Fernando de Paços, António Manuel Couto Viana, João Bastos, José Viale Moutinho, Francisco Ventura, Carlos Lélis, João França, Ernesto Leal, Baltazar Dias, Francisco Pestana, Marcela Costa, Arthur Schnitzler, Noël Coward, Bernardete Falcão, Lília Bernardes, Eduardo Luíz, Ester Vieira, Magda Paixão, Fátima Rocha, Avelina Macedo, Diogo Correia Pinto, entre tantos outros.

Teve como encenadores: Orlando Barros, Leopold Kielanowsky, Roberto Merino, Fernando Heitor, Miguel Martins, Eduardo Luíz, António Plácido, Ester Vieira, Márcia Rodrigues, Duarte Rodrigues, Miguel Vieira, Élvio Camacho, Kiko Palmeira, Carlos Cabral, Ryszard Kot-Kotecki, Bruno Bravo e Diogo Correia Pinto.

Do seu historial constam algumas gravações para a RTP- Madeira: *Teatroscópio*, *O Papão e o Sonho*, *História para um Tesouro de Natal*, *A Ilha de Arguim*, *Lianor no País sem Pilhas*, *Caminhos em Lama e Quasimodo o Corcunda*.

Orientou doze cursos de formação de artistas de teatro para o seu Gabinete Artístico, promoveu várias oficinas de formação, para artistas e para a comunidade (crianças, jovens e adultos) em diversas áreas do teatro, contando com professores e artistas de teatro da nossa associação e de todo o país e estrangeiro. Apoiou animações culturais, diversos grupos de teatro da RAM, instituições de solidariedade. Contou no seu percurso com a colaboração do INATEL, Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa, Teatro Nacional D. Maria II, Secretaria Regional da Educação, Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo – CHAPITÔ, Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, e várias outras entidades. Promoveu o I, II, III, IV e V Encontros Regionais de Grupos de Teatro (ErgTeatro) com companhias de teatro da RAM e do continente (1992 a 2000). Acolheu a Teatroteca Fernando Augusto (2005 a 2012). O seu programa de rádio *A Voz do Teatro* (mais tarde, *Bastidor*) foi para o ar durante 17 anos (inicialmente no Posto Emissor do Funchal e mais tarde na RDP-Antena 2).

Pela direção artística passaram, desde 1975, Eduardo Luíz, Élvio Camacho, Fernando Heitor e Roberto Merino.

Prémios e Distinções:

1997 - Distinção a Élvio Camacho c/ **aluno finalista de mérito** | Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa

1993 – Eduardo Luíz, diretor artístico, encenador é galardoado, em Lisboa, prémio Miguel Torga, a título

de “Mérito ao Teatro Amador”, no Teatro da Trindade.

2006 - Homenagem do Governo Regional da Madeira | Relevantes serviços Prestados na Cultura(19|12|2006)

2005 - 1ª Gala RTP | DN – Teatro | galardoado com o troféu vencedor na categoria Teatro

2015 - Prémio Educação Artística | SRE – DRE- DSEAM

CALENDARIZAÇÃO

CAMÕES - as armas e os barões assinalados ...

| texto de José Saramago | dramaturgia e encenação – António Plácido

Classificação etária | M 12 anos

LOCAL – Centro Cultural e de Investigação do Funchal | CCIF e Cine Teatro Santo António | CTSA

HORÁRIO DE EXIBIÇÕES:

16 a 19 outubro 2024 (1ª fase)

29 janeiro a 01 fevereiro 2025 (2ª fase)

CCIF (Centro Cultural e de Investigação do Funchal / Matadouro)

16 outubro | 4ª feira | 15h00 - Ante Estreia 1

17 outubro | 5ª feira | 11h00 - Ante Estreia 2

18 outubro | 6ª feira | 21h00 - Estreia

19 outubro | sábado | 21h00

CTSA (Cine Teatro de Santo António)

29 janeiro | 4ª feira | 11h00 e 15h00

30 janeiro | 5ª feira | 11h00 e 15h00

31 janeiro | 6ª feira | 15h00 e 21h00

01 fevereiro | sábado | 21h00

PREÇÁRIO – BILHETEIRA / CCIF

Maiores 12 anos

3,50 € | Escolas | Instituições de Solidariedade Social (mediante reserva)

7,00 € | Público em Geral

Procedimentos de Bilheteira ATEF:

As reservas serão feitas nos contactos disponíveis na ATEF: 933 369 136 ou reservas@atef.pt

Os bilhetes de grupo / Escolas e Instituições, deverão ser levantados até à véspera do espetáculo no CCIF / 291 211 000 (extensão 2681)

Disponível a venda pela ticketiline.sapo.pt

RESERVAS E CONTACTOS | ATEF

segunda a sexta | 09h30 - 12h30 e 14h30 -17h30

Telef. - 291 226 747 | 933 369 136

RÚBRICAS DO SERVIÇO EDUCATIVO | ATEF:

- *TRADUÇÕES LGP – sujeitas a marcação antecipada.*

- *“CONVERSA DE BASTIDORES” | encontros - conversas entre os alunos das Escolas e os Atores, sujeitos a reserva. Estas ações poderão ocorrer em todas as sessões.*

4,50 € | Escolas | Instituições de Solidariedade Social (mediante reserva)
10,00 € | Público em Geral

DESCONTOS

5,00€ | SPM - Sindicato dos Professores da Madeira

6,00€ | Residentes freguesia Stº António* | Artistas* | Familiares de Sócios ATEF | Familiares e Amigos do elenco

8,00 € | Estudantes* | Crianças e jovens até 18 anos* | Maiores 65 anos* | Professores*
| Grupos 10 ou mais pessoas

PACOTES / DESCONTO

13,00€ | 01 adulto + 01 crianças

20,00€ | 01 adulto + 02 crianças

23,00€ | 02 adulto + 01 crianças

30,00€ | 02 adultos + 02 crianças

**Apresentação de documento comprovativo*

RESERVAS E CONTACTOS | ATEF

segunda a sexta | 09h30 - 12h30 e 14h30 - 17h30

Telef. - 291 226 747 | 933 369 136

RÚBRICAS DO SERVIÇO EDUCATIVO | ATEF:

- *TRADUÇÕES LGP – sujeitas a marcação antecipada.*

- *“CONVERSA DE BASTIDORES” | encontros - conversas entre os alunos das Escolas e os Atores, sujeitos a reserva. Estas ações poderão ocorrer em todas as sessões.*

Procedimentos de Bilheteira ATEF:

- Confirmação de reserva validada com sinalização de 50% do número de alunos a reservar, por transferência bancária para o IBAN da ATEF | **PT50 0036 0325 9910 0015 6286 8.**

- Enviar o comprovativo para direcao@atef.pt com Cc susanacapitao@atef.pt

- Os 50% do montante correspondente ao pagamento serão cobrados no próprio dia do espetáculo. No caso de ser necessário recibo, serão recolhidos os dados de faturação e o mesmo será enviado por email para a entidade requerente.

Desistências de reserva e reembolsos:

- a) Sem penalização, quando a desistência ocorra até 1 semana antes do dia reservado. Caso contrário, o valor do sinal não será devolvido.

- b) Só se devolverá o valor do sinal nas seguintes situações:

Não realização ou Interrupção do espetáculo por motivo de força maior que resultem de acontecimentos imprevisíveis cujos efeitos se produzam independentemente da vontade do promotor nomeadamente - incêndios, inundações, ciclones, tremores de terra e outras causas naturais que diretamente impeçam a realização do espetáculo.

- Impossibilidade de deslocação do espectador por motivos de força maior, nomeadamente impedimentos ao nível do transporte ou devido a outras causas naturais.

- Nos casos que impliquem a restituição da importância correspondente ao preço dos bilhetes, esta é efetuada no prazo de 30 dias úteis contados a partir do evento.

| EQUIPA BASE DA ATEF

(SETEMBRO 2024 - JULHO 2025)

EQUIPA | SEDE: António Plácido, Eduardo Luíz, Ester Vieira, Janete Capitão, Luís Melim e Susana Capitão

DIREÇÃO ARTÍSTICA DA ATEF: Eduardo Luíz **DIREÇÃO ARTÍSTICA - OFICINA VERSUS TEATRO** (em residência na ATEF): Ester Vieira **ACESSIBILIDADE:** Ester Vieira **PARCERIAS, EDIÇÕES, ASSESSORIA À DIREÇÃO ARTÍSTICA:** Ester Vieira **SERVIÇO EDUCATIVO:** Eduardo Luíz, Ester Vieira e Susana Capitão **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GESTÃO DE GUARDA ROUPA:** Luís Melim e Susana Capitão **PROMOÇÃO | DIVULGAÇÃO:** António Plácido, Ester Vieira, Filipe Gomes, Janete Capitão **GALERIA.A:** ATEF **GESTÃO DE IMAGEM E COMUNICAÇÃO:** Filipe Gomes | oneline design **PRODUÇÃO EXECUTIVA:** António Plácido e Ester Vieira **ASSISTÊNCIA À PRODUÇÃO:** Janete Capitão, Luís Melim e Susana Capitão **ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA:** Janete Capitão